

**PKS**

PUBLIC  
KNOWLEDGE  
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA  
(UFPE)**

[www.ufpe.br/revistageografia](http://www.ufpe.br/revistageografia)

**OJS**

OPEN  
JOURNAL  
SYSTEMS

## **O INÍCIO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE O TERRITÓRIO EM SUAPE**

*Rinaldo Thomaz de Oliveira<sup>1</sup>, Francisco Kennedy Silva dos Santos<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.*

*E-mail: rinaldo\_thomaz@hotmail*

<sup>2</sup>*Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco; Líder Grupo de Pesquisa Educação Geográfica, Cultura Escolar e Inovação/UFPE. E-mail: kennedyufpe@gmail.com*

*Artigo recebido em 06/12/2014 e aceito em 12/12/2014*

### **RESUMO**

A ocupação e formação territorial brasileira foram fundamentalmente pautadas pelos tratados territoriais e ciclos econômicos. Faz-se necessário assim, entender as relações políticas, econômicas e sociais da formação territorial, partindo da colonização do território pela coroa portuguesa. Assim, a ocupação do território pelos colonos portugueses, se estabeleceu com a exploração agrícola das terras (extração do pau-brasil) e com os núcleos de ocupação e reconhecimento da faixa litorânea (divisão do território em quinze capitanias hereditárias), utilizando a mão de obra indígena para seu projeto colonial, indígenas que formavam uma população de cinco milhões de habitantes e que se tornaram atores essenciais no processo de formação brasileira. Em meados dos séculos XVI e XVII passamos para o ciclo econômico do açúcar, baseado na economia escravista de agricultura tropical (escravos indígenas e africanos), com a finalidade de autofinanciamento da expansão territorial da coroa portuguesa. Com o processo de decadência da produção de açúcar, Portugal iniciou a exploração de metais preciosos, ciclo de mineração no planalto central, interiorizando a ocupação do território brasileiro, atraindo novos europeus para a colônia e modificando a configuração socioespacial, outro fator que merece destaque é o considerável aumento da produção pecuária do Sul do país, com a utilização de animais de carga para escoamento de alimentos e transporte para áreas geograficamente acidentadas. Para compreender tal quadro, o objetivo deste artigo foi o de apresentar uma leitura interpretativa sobre essa formação territorial do Brasil, trazendo, além disso, um recorte espacial de Suape / PE, caracterização e um debate sobre o conceito de território. Se tratando de uma área estratégica de grande desenvolvimento econômico e de visíveis transformações socioespaciais, advindas da elaboração e implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), exigindo a partir desse evento, a criação de novos fixos, a ausência de autonomia territorial frente ao capital, modificações nos hábitos e modos de subsistência dos moradores da região. O presente artigo desenvolveu-se através da abordagem qualitativa, utilizando levantamento bibliográfico, partindo da análise da formação territorial do Brasil na perspectiva da tríade “Terra – Território – Estado”, com o especial recorte para área de Suape. Chegou-se à conclusão de que a formação territorial do Brasil foi baseada nos ciclos econômicos, utilizando as leis territoriais para ocupação de mais terras, acentuando-se ainda mais após o declínio do ciclo do açúcar e posterior interiorização do país com o ciclo da mineração. Já com relação à Suape percebe-se que a implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) através da iniciativa privada e das políticas públicas, trouxeram modificações territoriais bem significativas quando tratamos de autonomia territorial e hábitos pré-adquiridos pelos habitantes das comunidades locais.

**Palavras-chave:** Território, Terra, Formação Territorial, Suape, Estado.

### ***THE BRAZILIAN TERRITORIAL TRAINING HOME: A REFLECTION ON THE TERRITORY IN SUAPE***

#### **ABSTRACT**

The Brazilian territorial occupation and education were primarily guided by territorial treaties and economic cycles. It will be therefore necessary to understand the political, economic and social relations of territorial formation, starting from the colonization of the territory by the Portuguese crown. Thus, the occupation of the

territory by the Portuguese colonists settled with land farm (of Brazil wood extraction) and the occupation of cores and recognition of the coastal strip (division of the territory in fifteen captaincies), using the hand indigenous work for its colonial project, Indians who formed a population of five million inhabitants and which have become key players in the Brazilian training process. In the mid-sixteenth and seventeenth centuries we move to the economic cycle of sugar, based on the slave economy of tropical agriculture (indigenous and African slaves), for the purpose of self-financing of the territorial expansion of the Portuguese crown. With the decay process of sugar production, Portugal initiated the exploration of precious metals, mining cycle in the central highlands, internalizing the occupation of Brazil, attracting new Europe for the cologne and changing the socio-spatial configuration, another factor worth mentioning is the considerable increase in livestock production south of the country, with the use of pack animals for flow of food and transportation to geographically uneven areas. To understand such a framework, the purpose of this article was to present an interpretative reading about this territorial formation of Brazil, bringing also a spatial area of Suape / PE, characterization and a debate on the concept of territory. Since this is a strategic area of great economic development and visible socio-spatial transformations, arising from the development and implementation of the Industrial and Port Complex of Suape (CIPS), demanding from that event, the creation of new fixed, the lack of territorial autonomy in capital, changes in habits and livelihoods of local residents. This article was developed through a qualitative approach, using literature, based on an analysis of the territorial formation of Brazil from the perspective of the triad "Land - Territory - State" with special cut for Suape area. We came to the conclusion that the territorial formation of Brazil was based on economic cycles, using the territorial laws for occupancy of more land, was accentuated even more after the decline of the sugar cycle and subsequent internalization of the country with the mining cycle . As to the Suape one realizes that the implementation of the Industrial and Port Complex of Suape (CIPS) through private initiative and public policies, and brought significant territorial changes when dealing with territorial autonomy and pre-acquired habits by the inhabitants of local communities .

**Keywords:** Land, Land, Land Training, Suape, State.

## INTRODUÇÃO

A expansão comercial da Europa, financiada pela colonização da América, África e Ásia, foi primordial para a formação geográfica do territorial brasileiro. Diferentemente de outras ocupações desencadeadas através de conflitos e tensões demográficos, a ocupação do território se deu exclusivamente por questões políticas e econômicas. No cenário das grandes navegações da época, tínhamos a Espanha e Portugal como protagonistas da luta pela expansão territorial e comercial da Europa. Após muitos conflitos e tratados firmados, assinaram o Tratado de Tordesilhas, estabelecendo que as terras situadas até 370 léguas a leste de Cabo Verde pertenciam a Portugal, e as terras a oeste dessa linha pertenciam à Espanha. O Brasil até então ainda não descoberto pelos portugueses ou espanhóis já era de domínio da coroa portuguesa.

Usando a tradição de ocupação da faixa litorânea, os portugueses fixaram alguns núcleos de ocupação e conhecimento em toda área litorânea, criando as capitâneas hereditárias. As capitâneas hereditárias eram enormes faixas de terras que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, entregues em forma de mercês aos capitães donatários, que não podiam vendê-las ou desmembrá-las, cabendo apenas ao Rei o poder de modificá-las ou excluí-las. (STRAFORINI, 2008, p. 70).

Por volta dos séculos XVI e XVII passamos para o ciclo econômico do açúcar, baseado na economia escravista de agricultura tropical, com a finalidade de autofinanciamento da expansão territorial da coroa portuguesa. Tornando-se a primeira grande empresa agrícola do

período colonial. Economicamente falando, Furtado (2001) coloca que esse foi um período de grande expansão e evolução do sistema escravista e de crescente produção do açúcar no Brasil, voltado para o modelo de exportação, com vários canais de distribuição pela Europa. Em razão de sua alta rentabilidade e elevado grau de especialização, a economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes. Para usar uma expressão atual: era essa uma economia de elevadíssimo coeficiente de importações. (FURTADO, 2001, p. 61).

Outra atividade econômica que impulsionou a ocupação do território foi à pecuária, já percebida no período do auge da exportação do açúcar. Timidamente a pecuária foi ganhando espaço, principalmente no Nordeste, para suprir a demanda dos engenhos por carne para alimentação e animais para tração. Percebe-se que mais uma vez a atividade econômica influenciou na ampliação da ocupação de terras, sendo a pecuária mais percebida no interior do território, se afastando do litoral onde predominava a atividade agrícola do açúcar. É necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. (FURTADO, 2001, p. 68).

Com invasão holandesa, a economia nordestina do território entrou em decadência, acentuando o processo de declínio da produção açucareira. O nordeste assim foi perdendo força e a população que se mantivera predominantemente na faixa litorânea, passou a ocupar o interior do território. Assim, a mão de obra se descolou da atividade açucareira para a criação de gado, então, cada vez mais a ocupação foi se interiorizando levando em conta a escassez de terra na faixa litorânea do território. A partir disso a extensa colônia entrou no período de decadência, afetada pela invasão dos holandeses, como já mencionado, e pelo declínio do açúcar, além disso, a atividade pecuarista não elevava a economia, já que era basicamente de subsistência, alimentação, tração e também artesanato utilizando o couro. Portugal então precisava de uma alternativa viável para fazer a colônia prosperar. Em Portugal compreendeu-se claramente que a única saída estava na descoberta de metais preciosos. Retrocedia-se, assim, à ideia primitiva de que as terras americanas só se justificavam economicamente se chegassem a produzir os ditos metais. (FURTADO, 2001, p. 77).

Para tanto, o artigo em questão foi dividido em três partes. “**A formação territorial do Brasil: os ciclos econômicos**”, temos uma breve caracterização da formação territorial inicial do Brasil, passando pela fixação da coroa portuguesa até o ciclo econômico da mineração, interiorizando o território e moldando a sociedade brasileira espacialmente. Em seguida, “**Suape: um olhar sobre o território frente ao capital**”, uma caracterização sobre Suape e

um olhar sobre o conceito de território, e o território frente ao capital. Por fim, fazemos considerações sobre todo o texto.

## **A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL: OS CICLOS ECONÔMICOS**

O processo de formação da sociedade brasileira desenvolveu-se ao longo de várias décadas e através de vários jogos políticos e econômicos. Como pano de fundo e atores significativos no processo de formação territorial, possuíamos os indígenas que totalizavam uma população de cerca de cinco milhões de habitantes, ocupando todo território, os colonos portugueses que elaboraram e aplicaram todo grandioso projeto colonial, com a finalidade de expansão comercial e territorial da coroa portuguesa, os jesuítas que dominavam e controlavam diversos núcleos indígenas, usando como ferramenta de dominação a fé, e por fim, os bandeirantes, com expedições que partiam de São Paulo em busca de metais preciosos, sendo esses os responsáveis pela expansão territorial em direção ao planalto central.

Dentro dessa perspectiva, é possível elaborar um quadro teórico sobre cada fase da formação inicial do território brasileiro, destacando os diversos tratados territoriais firmados e os ciclos econômicos responsáveis por todo financiamento e progresso das colônias aqui existentes. Dando início com a ocupação da faixa litorânea, com poucos núcleos de fixação e economia baseada no extrativismo, e a tão prospera empresa açucareira responsável pelo apogeu do Nordeste nos séculos iniciais de ocupação, até a tão sonhada expansão territorial, introduzindo ainda mais a pecuária e atraindo um grande contingente de europeus e colonos em busca de metais preciosos no planalto central. Quando os colonos portugueses chegaram ao território mantiveram a tradição de fixação de seus núcleos na faixa litorânea.

Operando em áreas reduzidas, situadas no interior mesmo de um só domínio morfoclimático e fitogeográfico, os investigadores que visitaram nosso país na primeira metade do século XX somente tiveram olhos para o “ar de família” – para eles totalmente exótico e aparentemente pouco diferenciado – das paisagens tropicais úmidas da fachada atlântica oriental do país. (AB` SÁBER, 2003, p.11).

Encontraram uma grande população de indígenas e precisavam reordenar espacialmente todo território. Para tal fizeram uso das missões jesuíticas, que chegaram à colônia por volta de 1549. Trata-se de uma filosofia de catequese que visa introduzir na cultura indígena a cosmovisão europeia e cristã, mudando seus valores e forma de relação com o território e o meio, mantida a organização aldeã como modo de vida. (MOREIRA, 2011, p. 14). Dessa forma os jesuítas foram responsáveis por ordenar e controlar os indígenas, dos quais já possuíam uma representação de mundo definida, gerando alguns conflitos quando levamos em conta os

objetivos da coroa portuguesa, dominação, expansão territorial e uso dessa mão de obra para o projeto colonial. O fato de que desde o começo da colonização algumas comunidades se hajam especializado na captura de escravos indígenas põe em evidência a importância da mão de obra nativa na etapa inicial de instalação da colônia. (FURTADO, 2001, p. 50).

Nesse momento criou-se a lei indigenista, objetivando segundo Moreira (2011), estabelecendo um assentamento fundiário com características comunitárias, todavia, nesse mesmo período outras leis foram criadas com o objetivo de ordenação e expropriação de terras pela coroa, afim de que essas terras sejam de propriedade da coroa portuguesa. Dentro dessa prerrogativa é que se estabelece a lei sesmarial casando com a já existente lei territorial.

Isso significa dizer que, expropriado o espaço da população indígena, a terra é declarada bem da Coroa, que como tal pode e é por esta distribuída. A lei da sesmaria é, assim, na colônia, um sistema de doação de terras pelo poder estatal, na condição de comprovação de posses por parte do solicitante e da justificativa do fim econômico de uso, priorizando-se a plantação de cana-de-açúcar e a criação de gado, princípio que visa, ao fim, levar a colônia a estruturar-se essencialmente na grande propriedade e na economia de exportação. E, assim, excluir dessa estrutura a pequena propriedade e a possibilidade da sua formação. (MOREIRA, 2011, p. 16).

Associado a mão de obra dos indígenas obtivemos o apogeu da empresa açucareira, responsável pelo progresso nordestino, como também pela manutenção e autofinanciamento da expansão territorial portuguesa. O ponto inicial de toda formação econômica e territorial se deu com o advento do ciclo do açúcar, os portugueses percebendo a rentabilidade do produto, se deteve exclusivamente a atividade açucareira como ferramenta de progresso de sua expansão territorial. Na perspectiva da terra, o recorte geográfico da época era fundamentalmente baseado na plantation, engenhos e monocultura.

(...) O conjunto da *plantation* ocupa o vale dos rios, avançando sobre várzeas e patamares, tanto no núcleo de São Vicente quanto da Bahia e de Pernambuco. O domínio da paisagem é da monocultura. É dela a área de localização e fertilidade do solo. E é ela que empurra a policultura para os solos de menor importância. Na Bahia e em Pernambuco é o massapé seu solo de referência. Na Bahia localiza-se ele nas várzeas do baixo curso dos rios do fundo do recôncavo. Em Pernambuco, entre as baixas colinas do mar de morros de curso médio. Dentro do espaço da monocultura distingui-se, por sua vez, a área do canavial dos senhores proprietários de engenho e a do canavial dos senhores sem engenho, estas diferentes áreas se mascarando na paisagem pela homogeneidade do visual. Dois distintos polos de referência centram, todavia, a arrumação e a dinâmica desse arranjo: o engenho (a indústria do açúcar) e a casa-grande. (MOREIRA, 2011, p.47).

Segundo Moreira (2011, apud CANABRAVA, 1966 e FREYRE, 1973), o engenho é a referência econômica do arranjo, localizado à beira do rio, junto ao porto fluvial. Completa esse arranjo a casa-grande que o centro social desse arranjo. Ampla, alpendrada e situada num ponto estratégico da panorâmica do vale entre os prédios do engenho, da capela e da senzala, além das demais instalações.

A decadência do sistema açucareiro, conseqüentemente das colônias nordestinas, se deu com a invasão holandesa, que deslumbrava invadir o território em busca da prosperidade e expansão obtidas pelos portugueses. Esse desenvolvimento atrai a atenção dos holandeses em suas tentativas de invasão das áreas canavieiras da colônia em consequência da fusão das coroas portuguesa e espanhola na União Ibérica de 1540. (MOREIRA, 2011, p. 53). O nordeste entrou em colapso e a população que se fixava no litoral do território, passou a se interiorizar ainda mais, essa interiorização foi percebida com a criação do gado, atividade econômica responsável por suprir a necessidade de alimentação, artesanato e tração. E com a decadência do açúcar a atividade foi ganhando força e a busca por novas terras para criação do gado foi sendo maximizada.

Todavia, a criação do gado não era tão próspera como o cultivo da cana, o Estado precisava assim de alternativas para financiar sua expansão territorial e manutenção das colônias americanas. Em Portugal compreendeu-se claramente que a única saída estava na descoberta de metais preciosos. Retrocedia-se, assim, à ideia primitiva de que as terras americanas só se justificavam economicamente se chegassem a produzir os ditos metais. (FURTADO, 2001, p. 77). Foi a partir desse momento que saímos da atividade açucareira e passamos para o ciclo econômico da mineração, inicialmente em Minas Gerais e logo em seguida em Goiás e Mato Grosso.

De imediato, o surto da mineração rearruma o quadro geral do arranjo do espaço da colônia, ocasionando a interiorização e povoamento da hinterlândia através de uma diversidade de núcleos mineiros, fazendas de gado, áreas de policultura de subsistência, cidades de intensa vida urbana por meio das quais atrai ondas de migração de população de origem interna e externa, numa brusca aceleração do crescimento populacional e cria uma densa relação de trocas internas de produtos e forças produtivas na colônia. Acompanhando esse deslocamento do centro de gravidade transfere-se a capital de Salvador para o Rio de Janeiro, numa nova malha político-administrativa do arranjo espacial. (MOREIRA, 2011, p. 58).

Furtado (2001, p. 91), ainda coloca que articulado ao núcleo mineiro estava o *hinterland* pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Esses dois sistemas, por seu lado, ligavam-se frouxamente através do rio São Francisco, cuja pecuária se beneficiava da meia

distância a que se encontrava entre o Nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens. No norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará.

Foi assim que se delineou toda trajetória inicial da formação territorial brasileira. Através de muita luta e trabalho humano, responsável por interiorizar o país e torná-lo urbano. Hoje a sociedade brasileira é marcada por diferenças socioespaciais bem acentuadas que foram definidas em todo percurso da formação do país.

### **SUAPE: UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO FRENTE AO CAPITAL**

O projeto do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) foi desenvolvido e detalhado pela Suape Complexo Industrial Portuário, empresa pública de direito privado, vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Pernambuco e elaborou o seu projeto de implantação na década de 1970 (em 1977 iniciaram-se as obras para construção). Em abril de 1984, o porto de Suape iniciou sua operação, finalizando a primeira etapa do projeto (instalação e funcionamento do porto). Sendo o porto interno operado exclusivamente pela iniciativa privada (CAVALCANTI, 2008). O Complexo Industrial e Portuário de Suape – Eraldo Gueiros está localizado entre as cidades de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, situadas na Região Metropolitana do Recife, cerca de 40 km da cidade do Recife. (ver figura 01). Formado de um porto externo, com uma baía artificial localizada entre o cordão de arrecifes em forma de “L” com 3.050 m de extensão e profundidade de 19 m. Existe, também, o Porto Interno que se localiza na entrada do canal de acesso com largura mínima de 580 m e profundidade de 15,5 m. Os principais produtos movimentados são: granéis líquidos (derivados de petróleo, produtos químicos, alcoóis, óleos vegetais etc.), granéis sólidos, carga em geral e contêineres. (SEP/PR, 2011; ANTAQ, 2013).

Do total da área do CIPS, ou seja, dos 13.500 hectares, cerca de 40 % faz parte de Ipojuca, sendo os 60% restante parte da cidade do Cabo de Santo Agostinho. A área realmente ocupada pelo CIPS é denominada de Território Legal de Suape. (ver figura 02). O Território Estratégico de Suape compreende a área de influência direta e indireta e abrange as seguintes cidades: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada.

A área total que corresponde ao Território Estratégico de Suape é 1.774.07 km<sup>2</sup>, que corresponde a 1,8% do total do território do Estado de Pernambuco. A população total correspondia, até 2007, a 1.011.276 habitantes, ou seja, 12% da população de Pernambuco. As

principais atividades econômicas desenvolvidas na região são a agropecuária, o turismo e a indústria de transformação. Em 2003, o PIB foi de R\$ 9.833,1 milhões, o que significa 23,3% do PIB de Pernambuco e 36,7% do valor total da região metropolitana. Em 2005, a renda per capita do Território Estratégico de Suape era igual de R\$ 10.791, já a do estado correspondia a R\$ 5.931 (IBGE, 2009).

Figura 01: Complexo Industrial e Portuário de Suape, Pernambuco.



Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2009.

Figura 02: Território Estratégico de Suape



Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2008.

O Estado de Pernambuco vem crescendo acima da média nacional, com patamares bem maiores que o nordeste. Este impulso em seu desenvolvimento é motivado, em grande parte, pelos investimentos que o governo Federal e o Estadual estão realizando no Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE, em sua infraestrutura, gerando milhares de novas oportunidades de emprego, tanto para os pernambucanos como para outros estados, a exemplo da Bahia, Paraíba, Minas Gerais etc.

O Complexo Industrial e Portuário de Suape é o mais completo polo para a localização de negócios industriais e portuários da Região Nordeste. Dispondo de uma infraestrutura completa para atender às necessidades dos mais diversos empreendimentos, Suape tem atraído um número cada vez maior de empresas interessadas em colocar seus produtos no mercado regional ou exportá-los para outros países. O Polo agrega uma multimodalidade de transportes, através de rodovias e ferrovias internas aliadas a um porto de águas profundas com redes de abastecimento de água, energia elétrica, telecomunicações e gás natural instaladas em todo o complexo.

Não obstante, faz-se necessário chamar a atenção para outra faceta da questão, as externalidades advindas da dinâmica socioespacial e do processo de territorialização desse complexo industrial e portuário. Tendo como finalidade a dinâmica socioespacial e territorial causado pelos investimentos públicos e privados realizados no Complexo Industrial e Portuário de Suape, em especial, na sua infraestrutura, que vem desenvolvendo o Estado de Pernambuco como um todo, sendo considerado um dos fatores motivadores da elevação do Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco. Partimos então da hipótese de que as transformações socioespaciais ocorridas no território estratégico de Suape têm interferido diretamente para a criação de novos territórios estratégicos, o que tem influenciado diretamente nos processos de territorialização e, por conseguinte o surgimento de novas dinâmicas socioespaciais. A instalação de novos fixos tem exigido uma transformação desigual e segmentada do espaço e dos processos sociais vigente, exigindo novos signos no presente.

O território, termo derivado do latim (*territorium*), que significa terra apropriada por um sujeito, sujeito esse que se apropria de um dado espaço (um país, estado, cidade, comunidade, uma rua) para territorializar, o território pode ser aplicado em diferentes escalas e modelos. Partindo desse pressuposto, definimos território como um espaço apropriado e delimitado através das relações de poder. “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um

ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” (RAFFESTIN, 1993, p. 2).

Entendemos assim, o território como sendo anterior ao espaço, que sofreu a ação de um sujeito A ou B, que ao se apropriar, territorializa o espaço, formando assim o território. Essa territorialização pode ser tanto concreta ou abstrata, política ou cultural, importando enxergar e compreender como se definem as relações de poder existentes no processo pré e pós territorialização. Como ressalta, Raffestin (1993):

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo.se.isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 2).

Na Geografia Clássica o conceito de território era investido de um caráter demasiadamente político, potencializado pelo período das grandes guerras, pelo espírito nacionalista da época, e pelas disputas expansionistas. Friedrich Ratzel (1974), grande autor alemão, colocava o território essencialmente ligado ao Estado, como controle social, expansão territorial, aplicando assim o termo *boden* (solo), significando a união do povo. “O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo (*Boden*) imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através da interação que ambos se tornam um só e não podem ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir.” (RATZEL, apud SOUZA, 1995).

Apesar de toda contribuição dada pelo autor para construção e progresso da história do pensamento geográfico, essa definição de território fixada no Estado Nação era reducionista, abrangendo apenas o sentimento de nação e dominação militar da época. Souza (1995) concluiu a partir do pensamento do Ratzel que a territorialidade do Estado-Nação possui uma enorme dimensão, englobando regiões, belezas e recursos naturais da pátria, mas que o autor não discute o conceito de território desvinculando-o do solo pátrio.

Todavia, nos últimos anos, o território foi recebendo novas concepções, concepções essas que davam conta de todo avanço das novas tecnologias e exigências do mundo moderno.

Portanto, a compreensão e o entendimento da geografia precisou se adequar aos novos paradigmas da ciência e diversidade da sociedade, dando conta dos aspectos políticos, culturais, simbólicos, das pluralidades e das conflitualidades presentes no cotidiano dos atores que realizam as apropriações do espaço materialmente e simbolicamente diariamente.

Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 1995, p. 86).

O território a partir dessa mudança passou a empregar um papel fundamental como norteador das relações sociais, observando assim a criação de vários e diversificados territórios e não mais um só território, como era definido pela Geografia Clássica. Podemos destacar assim, a criação de vários territórios, levando em conta tanto a afetividade como também a funcionalidade, chamamos assim de “territórios afetivos” e “territórios funcionais”. Como exemplo, podemos citar os territórios da prostituição, do tráfico de entorpecentes, o comércio informal, os encontros culturais, entre outros. Como bem lembra o Hasbaert (2007), todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados".

Os territórios afetivos são comumente reconhecidos quando os atores precisam se apropriar de determinado espaço para a prática de uma tradição ou cultura previamente adquirida em outra região e que na situação de perda esses grupos sentem a necessidade de se reunirem para reviver hábitos e costumes. Com relação aos territórios funcionais, identificamos um caráter de temporalidade, são territórios ocupados por sujeitos nem sempre bem vistos pela sociedade “preconceituosa” e “normativa” (no caso da prostituição), esses sujeitos ocupam ruas e conflitualizam entre si, disputando espaço e a chamada “clientela”.

Como decorrência desse raciocínio, é interessante observar que, enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades. (HASBAERT, 2007, p. 21).

O desenvolvimento prometido pelo avanço da ciência moderna mostra-se cada vez mais, perverso, excludente, segregador e limitador, não alcançando os objetivos prometidos baseados

no bem estar da humanidade e superação das desigualdades sociais. Dessa forma, são criados territórios estratégicos através da iniciativa privada e do Estado, com a finalidade de instalação de fixos (grandes empreendimentos) para manutenção e posterior evolução do sistema capitalista, elevando assim os índices econômicos.

Poderíamos mesmo, generalizando ao extremo, afirmar que o capitalismo se funda, geograficamente, sob dois grandes "paradigmas" territoriais - um mais típico da lógica estatal "tradicional", preocupada com o controle de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente definidas; outro mais relacionado à lógica empresarial, também controladora de fluxos, porém prioritariamente através de sua "canalização" em dutos e nódulos de conexão (as redes), de alcance, em última instância, global. (HAESBAERT, 2007, p. 29).

Entretanto, essas instalações de fixos na maioria das vezes não são benéficas quando tratamos do impacto negativo para certa parcela da população, os oprimidos. Os territórios das minorias acabam sendo hegemônicos, assim sendo, são submetidos a uma mudança/ruptura de seus costumes e valores, perdendo então sua autonomia frente ao território. Toda experiência vivida e adquirida pelos atores subjulgados não são levados em consideração pelo capital. Usando assim de ferramentas nem sempre legais frente aos elementos jurídicos para apropriação e territorialização de determinado espaço para construção de seus projetos "faraônicos", expulsando e desterritorializando qualquer que seja a população que resida no recorte espacial de interesse.

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade "sem poder", o que, aliás, seria impossível (daí, aliás, a dimensão de absurdo do anarquismo clássico). (SOUZA, 1995, p. 106).

Os territórios que conflitam de frente com a expropriação pelo capital, precisa ainda mais de autonomia, não ficando presa a cartilha de dominação imposta pelo desenvolvimento atual que só maximiza as desigualdades sociais. Como aponta Haesbaert (2007), Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza do capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial.

Assim, dentro dessa lógica capitalista os territórios precisam ser criados e fixados visando à superação das desigualdades sociais não só a acumulação do capital pelo capital. Esses diversos territórios se mostram capazes sim de superar a dicotomia imposta pelo Estado e o

capital, potencializado seus símbolos e signos, mantendo assim a identidade cultural frente às mudanças ocorridas em seu entorno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou-se à conclusão de que a formação territorial do Brasil foi baseada nos ciclos econômicos, utilizando as leis territoriais para ocupação de mais terras, acentuando-se ainda mais após o declínio do ciclo do açúcar e posterior interiorização do país com o ciclo da mineração. O pontapé inicial foi com a prosperidade da empresa açucareira, financiando a expansão territorial e comercial da coroa portuguesa, concomitante a isso tem a pecuária, responsável por interiorizar de forma tímida o território e por fim o ciclo da mineração, atraindo colonos e europeus para o planalto central, contribuindo para a intensificação dos centros urbanos e para o povoamento do país. Já com relação à Suape percebe-se que a implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) através da iniciativa privada e das políticas públicas, trouxeram modificações territoriais bem significativas quando tratamos de autonomia territorial e hábitos pré-adquiridos pelos habitantes das comunidades locais.

## REFERÊNCIAS

AB` SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. Anuário Estatístico ANTAQ, 2010. Disponível em <[http://www.antaq.gov.br/Portal/MeioAmbiente\\_GestaoAmbiental.asp](http://www.antaq.gov.br/Portal/MeioAmbiente_GestaoAmbiental.asp)>. Acesso em 1/08/ 2013.

HAESBAERT, R. *Território e multiterritorialidade: um debate*. *GEOgraphia* - Ano IX - No 17 – 2007, p. 37.

\_\_\_\_\_. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.) *A emergência da multiterritorialidade: A resignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Canoas: Editora da ULBRA, 2008, p. 19-36.

DEFFONTAINES, Pierre. *A geografia humana do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 30 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MOREIRA, Ruy. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2011

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269 p.

SACHS, I. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. In: *Organização e Sociedade*, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. v. 12, n. 33, abr/jun. Salvador, 2005.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia à geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978. 236 p.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Editora Record, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2001.

SEP/PR Secretaria Especial de Portos da Presidência da República. Manual de boas práticas portuárias. Programa de Conformidade do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos Brasileiros, 2013.

SOUZA, Marcelo, J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÊA, Roberto L. (Orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.